

Revolução democrática e América Latina

07/06/2007

Jornal DS – 22. Uma síntese das contribuições da tese no tema internacional.

Não é possível pensar a história do Brasil dissociada da história da América Latina. Unidos desde a colonização, foram séculos de processos comuns de opressão e luta: das guerras de independência à eclosão dos processos guerrilheiros na década de 60, do período das ditaduras militares à década de predomínio quase absoluto das concepções e políticas neoliberais nos anos 90.

Hoje, vivemos um novo momento em nossa história, em que o surgimento de uma ampla onda anti-neoliberal no continente possibilitou a vitória de diversos governos progressistas e levou à derrota do projeto da Alca devido à ação convergente desses governos e dos movimentos sociais. Nos quase duzentos anos desde a independência, essa conjuntura é a mais promissora em termos de seu potencial emancipador.

A revolução democrática pressupõe o entendimento de que não é possível a construção soberana do país sem que haja um forte processo de integração regional em todos os níveis: econômico, político, social e cultural. A integração regional pode somar as capacidades técnicas e científicas dos setores de trabalhadores mais especializados, a base tecnológica e industrial construída em períodos anteriores, a enorme disponibilidade de recursos naturais e energéticos, criando um bloco econômico e político em condições de afirmar uma política própria. Nesse sentido, fortalecer o Mercosul, a Comunidade Sul-americana de Nações e outros mecanismos de integração, é parte essencial da revolução democrática.



América Latina soberana. Manifestação em SP reúne milhares contra a visita de Bush.

Integração solidária

Nesse contexto, é necessário que se compreendam as diferenças existentes e as particularidades dos distintos processos políticos e sociais que se desenvolvem em cada país. São histórias e conjunturas nacionais diversas, culturas políticas diferentes, atores políticos e sociais com peso distinto, que, no entanto, tendem a convergir num só processo de emancipação frente à ordem mundial dominada pelos Estados Unidos. Tentar reduzir toda essa riqueza de experiências a dicotomias – como fazem os setores conservadores – do tipo “populistas x democráticos”, “moderados x radicais” seria um erro fatal para a perspectiva da revolução democrática continental. No entanto, para cumpri-la, não há nem deve haver “partido guia” ou “país guia”. À busca de convergência entre os governos progressistas da região, é necessário somar-se à construção de um amplo movimento de caráter político e social que impulse esse processo.

Também não é possível pensar a afirmação do Brasil enquanto nação sem uma forte presença no cenário político internacional, como vem sendo desenvolvido pelo governo Lula. O incremento das relações Sul-Sul, a formação do G-20 e outras iniciativas são fundamentais para o enfrentamento do Império e da hegemonia neoliberal. Essas iniciativas acontecem em um momento em que a estratégia belicista e unilateralista do governo dos EUA está sem saída no Iraque (e nas regiões árabe e muçulmana), o que pode levar à primeira grande crise da ordem mundial “unipolar” que o governo Bush tem tentado impor.

Os processos políticos progressistas na América Latina são parte ativa do questionamento a essa ordem mundial. Trata-se de uma conjuntura especial, em que as condições para a superação da ordem imperial norte-americana se colocam com mais ênfase a cada momento.
